

ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA: O UNIVERSO DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS

MARINA DA FONSECA LOPES¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – mfl.arqueologia@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresentarei uma reflexão a partir das minhas experiências durante a realização do estágio docência na disciplina de Relatórios Técnicos, Pareceres e Perícias, ofertada para os/as discentes do curso bacharelado em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ministrada pela Professora Doutora Louise Prado Alfonso e docente convidada Ana Lúcia Costa de Oliveira do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Essa disciplina foi ofertada para os/as discentes da Pós-graduação como Laudos Antropológicos e Arqueológicos. Optei por estagiar nesta disciplina, pela relação que a mesma tem com minha pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da UFPEL, intitulada de “O corpo das arqueólogas como lugar de violência: contribuições de estudos de gênero na arqueologia preventiva”, também com orientação de Louise. Essa pesquisa está inserida no Projeto de Extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti, projeto vinculado ao Projeto de Pesquisa Margens: Grupos em Processo de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas, do Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos (GEEUR).

Em minha pesquisa me proponho a investigar a práxis do fazer arqueológico das arqueólogas que atuam na Arqueologia Preventiva, área de atuação vinculada ao licenciamento ambiental de empreendimentos. Desta forma, os diálogos e discussões da disciplina, possibilitaram aproximações do meu tema de pesquisa, visto que os relatórios técnicos, pareceres e perícias, são parte integrante do trabalho das arqueólogas no Brasil.

2. METODOLOGIA

A disciplina se deu de forma coletiva, a partir de pressupostos freireanos. Desde a construção do cronograma, participei trazendo sugestões de textos e convidados/as. A disciplina foi dividida em 7 eixos, sendo eles: I) Laudos e perícias: contextualização e orientações formais; II) Perícias, relatórios de identificação: definições conceituais; III) Perícias, relatórios de identificação: o difícil diálogo com o direito; IV) Práticas antropológicas e questões éticas; V) Relatórios técnicos e Comunidades Quilombolas: questões conceituais e normativas; VI) Relatórios técnicos e Comunidades Indígenas: questões conceituais e normativas; e VII) Antropologia e Estudo de Impactos Ambientais/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Os encontros em sua maioria se deram de forma síncrona, nestes recebemos convidados/as de diferentes áreas de atuação, ao total foram 8 participantes, atuantes na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Comunidades Tradicionais de Pescadores e

Pescadoras e atuantes no âmbito acadêmico em instituições públicas de ensino superior.

Os encontros nos possibilitaram debates de conceitos fundamentais na temática de relatórios técnicos, pareceres e perícias, como por exemplo, laudos, contralaudos, comunidades tradicionais, ética, desafios na atuação no campo da Antropologia e Arqueologia, como a Arquitetura se insere nesse campo e outros.

As aulas que ocorreram de forma assíncrona, foi solicitado a elaboração de uma ficha de conceitos sobre os textos previstos para aquela aula. Em todos os encontros estavam previstas leituras obrigatórias e em alguns deles, leituras complementares. Nas aulas síncronas as bibliografias do plano de ensino eram discutidas coletivamente onde todos/as tiveram a possibilidade de trazer suas interpretações sobre as leituras.

Para a graduação, ao longo da disciplina foram propostos dois trabalhos, o primeiro se tratava de uma reflexão sobre a profissionalização em Antropologia no Brasil e o segundo e último, foi solicitado que cada pessoa escolhesse um estudo de caso, um laudo o relatório técnico e apresentasse uma reflexão crítica sobre o mesmo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a disciplina contou com estudantes da graduação e da pós-graduação, o perfil dos/as discentes foi diversa. Havia pessoas do bacharelado em Antropologia, bacharelado em Arqueologia, mestrandos/as e doutorandos/as destes cursos, da Arquitetura e Urbanismo e alunos/as especiais de outras instituições e programas, como Conservação e Restauração. Por se tratar desta diversidade de áreas, durante os diálogos buscávamos abarcar todos/as.

De acordo com Ilka Boaventura Leite (2005), os laudos são solicitados em situações específicas, geralmente com a finalidade de subsidiar processos de cunho jurídico que envolvem conflitos. Uma das discussões que me chamou atenção durante a disciplina, foi a questão dos contralaudos, visto que geralmente esses documentos são apresentados quando uma das partes se sente prejudicada por um laudo, dessa forma uma das partes contrata outro/a profissional para apresentar o contralaudo. Geralmente esse tipo de “estudo” se é que podemos chamar assim, é contra as comunidades que estão em situações periféricas e de marginalidade, favorável aos/as fazendeiros/as e empreendedores/as. Percebi que no curso de graduação em Antropologia e Arqueologia, são poucas as disciplinas que tratam de assuntos tão importantes como esse, visto que está diretamente relacionado com a ética dos/as profissionais que fazem esse tipo de trabalho de contralaudo.

Em uma das aulas, tive a oportunidade de fazer um relato de experiência sobre minha atuação na Arqueologia Preventiva, desde os desafios iniciais de me inserir no mercado de trabalho enquanto arqueóloga, até fundar uma empresa de consultoria arqueológica. Abordei conceitos como licenciamento ambiental, licenças ambientais: prévia, de instalação e de operação. Em que momento as pesquisas arqueológicas são exigidas no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte. Conceituação de áreas de influências para o órgão ambiental, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) do Rio Grande do Sul. Documentos, projetos e relatórios específicos que são submetidos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante o processo de licenciamento arqueológico, além de documentos e pareceres técnicos que nós profissionais recebemos do órgão

competente, como por exemplo: Ficha de Caracterização de Atividades (FCA), Termo de Referência Específico (TRE), Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA), Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA), Programa de Acompanhamento Arqueológico e Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA).

Durante a fala, outro ponto importante que busquei me aprofundar, foi compartilhar alguns conflitos que já presenciei durante minha trajetória profissional, como ir até o local de trabalho e o empreendimento estar em andamento ou pronto, quando na verdade nossa atuação deve ser realizada antes da instalação do mesmo. Pressões hierárquicas, propostas da não inclusão de materiais arqueológicos nos relatórios técnicos, licenciamento em áreas de comunidades tradicionais, a ausência dos/as Antropólogos/as nesses processos, preconceitos em campo devido aos gêneros, raças, idade e assédios sexuais, morais e outros.

No trabalho final da disciplina, os estudos de casos que os/as discentes da graduação escolheram e realizaram uma reflexão crítica foram sobre temáticas diversas, como por exemplo, um relatório da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ANTRA), relatório da Fundação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal na cidade de Pelotas (RS), parecer técnico sobre o Parque Eólico previsto para ser instalado dentro da Laguna dos Patos, processo de regulamentação da Comunidade Quilombola Mocambo localizada no município de Porto da Folha (SE) e história da Aldeia Indígena Tekoa Yvyty Porã, localizada entre os municípios de Riozinho, Maquiné, Caraá e Osório (RS).

Já os/as discentes da pós-graduação, escolheram os seguintes estudos de caso: análise do relatório “Morar em casa de Avenida” – Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa, localizado em Porto Alegre (RS), análise do projeto de revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre (RS), abordaram temas como Terra Indígena Buriti (MS), o Núcleo Fundacional de Lages (SC), o Centro Histórico de Torres (RS), o direito a moradia no centro de Porto Alegre (RS), patrimônio histórico na cidade de São José do Norte (RS), patrimonialização do saber fazer viola caipira, reconhecimento da Comunidade Santiago do Iguape (BA), análise do Mapeamento de Religiões de Matrizes Africanas nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Jaguarão (RS), Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas (RS), a restauração do Mercado Público de Pelotas, reflexões sobre a grilagem no Amazonas e dois discentes abordaram sobre o caso da UHE Belo Monte, localizada em Altamira (PA).

4. CONCLUSÕES

Para concluir, acredito que durante a realização de meu estágio docência, tive a possibilidade de participar de uma disciplina em que a construção do conhecimento se deu de forma coletiva entre discentes da graduação e pós-graduação e docentes, sem hierarquias. Buscamos estabelecer diálogos sobre temas que muitas vezes geram dúvidas para aqueles/as que estão no processo de formação acadêmica.

Além disso, a disciplina buscou o tempo todo aproximar principalmente três campos do conhecimento, sendo eles: Antropologia, Arqueologia e Arquitetura. Essa articulação foi fundamental para todos e todas, que puderam perceber a importância do diálogo entre áreas.

Com as contribuições da docente responsável pela disciplina e da docente convidada, meu estágio foi mais proveitoso, superando as minhas expectativas. Esse foi meu primeiro contato com a docência, então haviam muitas incertezas ao iniciar nesta trajetória, principalmente no ensino remoto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, I. B. Os Laudos Periciais – um novo cenário na prática antropológica. In: LEITE, I. B. (Org.) **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. NUER/ABA, 2005. Introdução, p. 13 – 28.

LOPES, M. F. Arqueologia Preventiva: Relato de Experiência. In: **DISCIPLINA DE RELATÓRIOS TÉCNICOS, PARECERES E PERÍCIAS**, Pelotas, 2022. Departamento de Antropologia, Pelotas: Pró-reitoria de Graduação, Departamento de Antropologia e Arqueologia, 2022. Duração: 1:29:21.